



Cadernos da Controladoria

Nova série Ano IV, nº 2 - junho de 2004

Corrupção e Informação

Apresentação

Boa tarde a todos. É um prazer estar excepcionalmente na mesa deste encontro que faz parte da série dos Seminários da Controladoria Geral. Tenho muita satisfação em estar aqui representando o Controlador Geral, Lino Martins da Silva, atendendo a um pedido dele, que não pôde estar aqui presente.

É também uma satisfação apresentar o palestrante de hoje, Cláudio Weber Abramo, porque quando comecei minha carreira de jornalista tive a oportunidade de conhecer o pai dele, Cláudio Abramo, em São Paulo, uma figura emblemática do jornalismo brasileiro, que nos deu muitas lições de vida, de ética.

Cláudio Weber Abramo é diretor executivo da Transparência Brasil, uma organização não-governamental que se dedica ao combate à corrupção. Ele é bacharel em matemática pela USP (Universidade de São Paulo), mestre em Filosofia da Ciência pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e, antes de ingressar na Transparência Brasil, exerceu as funções de editor de economia da Folha de S. Paulo e de secretário-executivo da redação do jornal Gazeta Mercantil. Passo a palavra ao convidado deste Seminário desejando a ele tudo de bom.

Ágata Messina Pio Borges de Castro

Secretária Especial de Comunicação Social

Corrupção e Informação

Cláudio Weber Abramo

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2004

Obrigado, Secretária, pelas palavras. Gostaria de agradecer o convite de vir falar para a equipe da Controladoria Geral do Município do Rio. A Transparência Brasil é uma organização dedicada exclusivamente ao combate à corrupção, o que significa que a nossa atividade é politicamente incorreta, ninguém gosta muito do que fazemos. Não temos uma existência muito tranqüila.

Antes de passar ao nosso tema principal, vou falar rapidamente sobre a postura da Transparência Brasil na busca do cumprimento da sua missão. Temos uma diretriz geral no que diz respeito à atividade que exercemos. É muito comum no Brasil, e nos países latino-americanos de maneira geral, considerar a

corrupção como um problema moral dos indivíduos. A corrupção acontece não apenas na área pública, mas todos os atos questionáveis seriam devido a falhas de caráter, a falhas de formação dos indivíduos. Isso é muito reforçado na nossa cultura pela herança católica.

Mas essa não é a nossa abordagem. Eu, por exemplo, jamais uso a palavra ética. Também evito usar a palavra transparência com grande frequência. Porque, para nós, a corrupção é um reflexo da ineficiência alocativa do Estado. Ou seja, o que é corrupção? É um sinal, entre outros, da ineficiência do Estado em alocar os recursos que tem à disposição para cumprir a sua função.

O interessante no combate à corrupção é examinar as circunstâncias que propiciam o ato de corrupção. Como em qualquer atividade econômica, o importante é aumentar a eficiência, aumentar o grau com que o recurso que está à disposição do Estado chegue ao beneficiário final. Isso é o que interessa, o resto é conversa. O importante é saber de cada real que o Estado arrecada, quanto daquele real chega à população. Isso é o que interessa. A corrupção é um mero detalhe desse processo. No Brasil, embora não haja medidas, há uma certa consciência geral de que o problema da corrupção contribui com uma parcela considerável para essa ineficiência.

Qual é a maneira de você combater a ineficiência? Não é dizer "pega ladrão" depois que aconteceu tudo. Não é dizer "eu sou contra, eu serei implacável", porque isso todos dizem. Os políticos, por exemplo, que são aqueles que gerem o Estado no Executivo, que manejam a maior parte dos orçamentos: ninguém jamais ouviu falar de um político que dissesse "eu sou a favor corrupção" ou "eu não acho nada disso, isso não é um problema". Eles dizem "eu sou contra", "serei implacável", "no meu governo não acontecerá". Se isto resultasse em algo, a corrupção não seria o problema que é, não teria a dimensão com que é encarada no Brasil. Esse tipo de atitude resulta em nada. Não adianta o governante dizer que ele é honesto e que não admitirá que seus auxiliares sejam desonestos.

Quantos funcionários públicos existem na cidade do Rio de Janeiro? Quantos? São 125 mil? Então o Prefeito que chegar à gestão da cidade e disser "eu não admitirei corrupção" e achar que isso vai passar por osmose para 125 mil funcionários públicos nas suas relações com o setor privado e com os cidadãos, só pode ser brincadeira. Não é possível que se acredite nisso. No governo federal, que possui centenas de milhares de funcionários, ou na cidade de São Paulo, que tem 250 mil servidores, é absurdo imaginar que uma maior eficiência no setor público vai ser atingida com esse tipo de conversa.

Então como se vai conseguir eficiência? Pelo aperfeiçoamento dos mecanismos institucionais e administrativos. A ineficiência acontece porque os mecanismos funcionam mal. O Estado tem a obrigação de procurar o motivo pelo qual aquele mecanismo funciona mal, levantar o mapa de riscos, definir medidas compensatórias, fazer medidas numéricas, fazer acompanhamento histórico, fazer a alteração de procedimentos internos nos diversos organismos do Estado e, assim, diminuir o problema da corrupção.

Como vocês vêem, a nossa atividade é muito centrada nisso. Tem a desvantagem de não apelar para o recurso moral simples: sejamos éticos. Negócios assim não querem dizer absolutamente nada, por isso somos, então, muito pouco simpáticos. As pessoas não gostam disso. As pessoas gostam de ouvir "sejamos éticos". Não dizemos isso, mas sim "vamos trabalhar no Estado, vamos fazer com que as relações entre o setor público e o setor privado sejam mais eficientes para que o resto da coletividade seja beneficiado".

Nós temos uma forte concentração em tratamento de informação porque só aprendemos a compreender melhor as virtudes e carências de qualquer aparelho, seja do Estado, seja da sociedade ou do setor privado, seja qual for, se tivermos informação sobre ele. A economia funciona com base na informação: quanto menos informação existe, mais oportunidade existe para que interesses restritos sejam beneficiados, especialmente por parte do Estado. O detentor da informação no Estado tem essa oportunidade - o que não quer dizer que use a oportunidade necessariamente - mas ele tem a oportunidade de vender a informação. Este é o mecanismo fundamental da corrupção: vender informação.

Como se dá a fraude em uma licitação pública? A informação passa de quem organiza a concorrência para aquele que vai ser beneficiado, existe informação privilegiada. O Estado brasileiro fornece e compila uma grande quantidade de informação para a sociedade, muito mais do que países de renda média semelhante. Não existe nenhum País do mundo no qual o Estado possua a quantidade de informação que o Brasil tem.

As esferas federais vêm em primeiro lugar, em segundo lugar estados como São Paulo, Rio de Janeiro - não todos, mas estes estados estão na frente - e a Bahia também, por incrível que pareça. As municipalidades estão muito atrás. Não há municipalidade que tenha uma folha corrida muito favorável em termos de abertura de informação.

Esta é uma necessidade muito grande. Temos, então, uma concentração disposta na área de coleta de informação e de tratamento dessa informação para devolvê-la ao público.

Vou falar hoje sobre uma das iniciativas da Transparência Brasil, relativamente recente, que trata do seguinte: passamos a examinar desde o começo de 2004 o perfil do noticiário da imprensa brasileira sobre corrupção. O que fazemos? Como diz o título, os resultados deste levantamento nos fornecem um retrato das desigualdades brasileiras.

Como quase tudo que começa a ser medido no Brasil, nós medimos desigualdades - e aqui não será diferente. O que fazemos? Diariamente recolhemos todo o noticiário sobre corrupção, sobre governança, sobre assuntos relacionados a anticorrupção em cerca de 50 veículos brasileiros de todos os Estados. Coletamos na internet, recolhemos as matérias e inserimos em um banco de dados. Esse banco de dados está disponível no endereço www.deunojornal.org.br.

Na página de entrada há um índice de notícias - neste caso, apresentando o índice do dia 17 de junho (ver Anexo 1) - publicadas sobre corrupção em mais de 50 veículos. Este banco de dados, portanto, está disponível na internet e se chama "Deu no Jornal". Você procura um assunto - por exemplo, a Operação Anaconda, e seleciona de 26 de janeiro (quando começamos a seleção de matérias) até a data atual, que no exemplo mostrado é o dia 18 de junho. Aparece então uma lista com todas as matérias publicadas sobre o assunto, que no caso foram 63 (ver Anexo 2). Quando você clica na matéria, aparece o texto, neste caso (ver Anexo 3) sobre o juiz Rocha Mattos.

Este trabalho fornece um banco de dados sobre o noticiário de corrupção na imprensa brasileira, uma coisa que não existia, é a primeira vez que se faz, porque esta não é uma demanda permanente. Então nós fizemos. É um projeto piloto, que fazemos com dinheiro nenhum, mas que tem ambições: queremos examinar o noticiário do ponto de vista do conteúdo. Vamos eventualmente chegar lá, mas não ainda.

Como classificamos as matérias? As matérias (ver Anexo 4) entram naturalmente identificando o jornal, o autor da matéria, o título da matéria, o texto inteiro. Atribuimos um peso à matéria, fornecida pela situação do texto na chamada no jornal (se está no alto da página ou não, se está na primeira página ou não). Algumas palavras estão em vermelho porque são informações que ainda não estamos utilizando: estamos compilando mas não utilizando. É um fator bastante subjetivo porque temos que atribuir uma importância para a matéria e também porque essa medida tem se revelado não muito útil. Finalmente, cada matéria é classificada por um assunto, por um tema, como Operação Anaconda, Propinoduto, etc.

Os jornais são classificados pelo Estado em que circula, pela sua tiragem e pela estrutura de propriedade. Por que a estrutura de propriedade é importante? Porque em boa parte do território brasileiro, especialmente no Nordeste e no Norte ou mesmo em estados do Sul, como o Paraná, a imprensa é dominada pelas mesmas oligarquias que dominam a vida política e econômica desses Estados.

Quem são os donos dos meios de comunicação em Alagoas? A família Collor. E no Ceará? O Sr. Tasso Jereissati. No Nordeste? Os Alves, Maias, ACM, José Sarney. No Norte? Jader Barbalho. Esses são donos de veículos de comunicação. Assim, a estrutura de propriedade dos jornais é algo importante para entendermos como funciona a imprensa. A estrutura de propriedade não diz tudo sobre o comportamento da imprensa, mas é um fator importante. Aqui no Rio de Janeiro, temos dois jornais grandes, O Globo e o Jornal do Brasil - este último ainda um jornal grande por tradição, mas está com problemas.

A forma com que o jornal se situa na sociedade é importante para se entender qual é o papel que ele tem na divulgação da informação. Por isso compilamos informação a respeito da estrutura de propriedade. Aparece em vermelho no gráfico porque ainda não estamos usando, não estamos fazendo essa análise de matérias no momento. Os dados de circulação também aparecem em vermelho porque não estávamos usando quando no início, mas já começamos a usar.

Os assuntos, por sua vez, são classificados da seguinte forma: nome - dado pelos jornais ou pela polícia ou um nome que inventamos; a esfera a que o caso se refere - União, Estados ou Municípios; o poder a que se refere - Executivo, Legislativo, Judiciário (identificamos o Ministério Público como um poder); o local - se se trata do Brasil, de um Estado ou de um Município naquele Estado; e a tipologia - uma coisa que ainda não estamos fazendo. A tipologia seria, por exemplo, corrupção de tipo eleitoral ou problema com Controladorias, etc. Achamos que precisamos discutir mais o assunto para chegar a uma tipologia razoável.

O que aconteceu de 26 de janeiro até 18 de junho de 2004? A imprensa brasileira (ver Anexo 5), o conjunto desses cinquenta e tantos jornais e as três principais revistas semanais, noticiou 377 assuntos diferentes sobre corrupção neste período. Mais de 4.000 matérias e 10 milhões de caracteres. Quais foram os assuntos abordados com maior frequência neste período pela imprensa brasileira? (É bom lembrar que não incluímos televisão nem rádio, este trabalho é apenas sobre a imprensa escrita). Temos o caso Waldomiro Diniz com quase 1.000 matérias e cerca de 2,7 milhões de caracteres. A Operação Vampiro, muito mais recente, tem 574 matérias e 1,5 milhão de caracteres. E assim vai.

Estes são números gerais, mas vamos ver como as notícias se distribuem por jornais. Neste gráfico (ver Anexo 6), o que está ordenado com o amarelo mais gordo apresenta os milhares de caracteres e a coluna mais fina o número de matérias. Temos embaixo os jornais ranqueados cada um no seu estado. Vemos que a Folha de S. Paulo tem uma clara liderança sobre o segundo lugar, que é do Estado de S. Paulo. A Folha de S. Paulo tem uma quantidade de matéria e de caracteres publicados bem maior que o Estado de S. Paulo. Em segundo lugar, vem o Estado do Rio de Janeiro, com o Jornal do Brasil em primeiro lugar. Ressalvo que os dados de O Globo não estão corretos porque perdemos alguns dias mas estamos recuperando. Na prática, os dois têm mais ou menos a mesma cobertura. Em terceiro lugar aparece o Correio Braziliense, jornal dos Diários Associados em Brasília, grupo que também controla o jornal Estado de Minas. E daí segue-se o resto.

Então, quem cobre corrupção no Brasil? São os jornais dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro e um jornal de Brasília. O resto apresenta percentuais muito mais baixos. Por aí tem-se uma noção de quem está informado no Brasil pelos jornais: são esses Estados e o Distrito Federal.

A mesma coisa acontece com o número de assuntos (ver Anexo 7). Antes estávamos tratando do número de matérias e do volume em caracteres publicados pelo jornal. Aqui estamos falando da quantidade de assuntos. Outra vez São Paulo está na frente com a Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo muito próximos - cerca de 90 das 377 matérias. Em seguida vem o Jornal do Brasil e O Globo e, outra vez, o Correio Braziliense. O Estado de Minas aparece junto porque usa as mesmas notícias do Correio Braziliense, já que pertencem ao mesmo grupo. Verifica-se mais uma vez que os jornais de São Paulo, do Rio e um Brasília cobrem mais assuntos que os jornais do resto do País.

Temos agora uma representação de onde está o noticiário (ver Anexo 8). A cor roxa representa o volume de caracteres e cada ponto, que vale 10 matérias, o número de matérias. Constatamos uma altíssima concentração de preto nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, que vai se reduzindo em outros estados, como Amazonas, Maranhão, Mato Grosso do Sul, etc. que apresentam quase nada. Quais foram os oito principais assuntos tratados pelos cinco principais jornais brasileiros? Os assuntos tratados (ver Anexo 9) foram Waldomiro Diniz, com uma grande vantagem sobre os demais; a Operação Vampiro, que aparece em segundo lugar; depois vai diminuindo, com o caso Celso Daniel, chegando até a história da ONG Agora. Estes foram os assuntos tratados por estes cinco jornais principais. Isso reflete, eu diria, a importância política reconhecida no caso Waldomiro em relação aos outros casos. Identificou-se ali um grande impacto político e, portanto, os jornais cobriram muito esse assunto. Nitidamente, apenas a Folha de S. Paulo, representada na cor azul, teve uma cobertura do caso Waldomiro Diniz mais ou menos equivalente aos quatro outros jornais em termos de volume de caracteres publicados. Esses dados falam um pouco sobre a linha editorial de cada jornal também.

Informação semelhante aparece quando consideramos quais seriam os cinco principais assuntos dos cinco principais jornais (ver anexo 10). Aqui são destacados cada jornal e os cinco principais assuntos abordados por cada um. Em quantidade de matérias, a Folha de S. Paulo publicou 256 matérias sobre o caso Waldomiro Diniz e 77 matérias sobre a Operação Vampiro. Claro que a Operação Vampiro é mais recente, mas ainda assim foram 256 sobre Waldomiro Diniz, comparado ao Estado de S. Paulo, que publicou 168

matérias, o Jornal do Brasil 83, O Globo um pouco mais do que o número que aparece, menor que o JB, e o Correio Braziliense 52 matérias sobre o assunto. Vê-se que a Folha de S. Paulo publicou cinco vezes mais matérias sobre o caso Waldomiro Diniz que o Correio Braziliense, que aparece em último lugar.

Este outro gráfico simboliza uma representação geométrica (ver Anexo 11) . Querida que vocês prestassem atenção porque é uma forma não ortodoxa de apresentar números, mas é interessante. Eu gosto desse formato. Para todo mundo que mostro, muitos ficam com dificuldade de entender, mas eu acho muito interessante. Por isso insisto. Este gráfico é o seguinte: cada quadradinho, a área que ele ocupa na tela, corresponde ao volume de caracteres publicado com relação a cada um dos assuntos relacionados nesta coluna e agrupados por jornais (Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Globo, Correio Braziliense). Quanto mais à esquerda e no alto, maior é o volume. E quanto mais à direita e embaixo, menor é o volume. A área maior corresponde a cerca de 65%, quase 70%, de todo o noticiário publicado sobre todos os assuntos.

O próximo gráfico é parecido (ver Anexo 12), mas aqui a agregação é feita por assuntos. O caso Waldomiro Diniz apresenta uma grande proporção na imprensa brasileira em relação a todos os outros assuntos. A Operação Vampiro também. Estes dois casos juntos correspondem a 45% do noticiário brasileiro sobre corrupção, desde janeiro até hoje. Tem o caso Maluf, a CPI dos Bingos, etc. Quando vamos lendo o título dos assuntos vamos reconhecendo o que lemos nos jornais: essa é a idéia.

Qual é a variedade apresentada pela cobertura jornalística? Esse gráfico mostra os assuntos que foram cobertos por pelo menos dez jornais (ver Anexo 13). Que interesse tem isso? Um assunto pode ser coberto, por exemplo, só pelo Jornal do Brasil e por nenhum outro jornal. É difícil que o Jornal do Brasil cubra e O Globo não cubra. Mas pode ser coberto pelos dois e por nenhum outro mais. Vamos ver um caso típico mais à frente. Ou então acontece de o assunto ter uma penetração mais forte nas redações, em quem monta o jornal de outros lugares e aquele jornal cobrir. Não são muitos os assuntos que têm dez ou mais jornais cobrindo. O caso Waldomiro Diniz foi coberto por 44 jornais, observa-se que nem todos cobriram. Depois vem a Operação Vampiro, com 42 jornais. Isso segue mais ou menos o ranking de volume e chegamos aqui no final com alguns assuntos como o caso Fura Fila - quando o vice-presidente da República queria passar alguém na frente na fila de transplante de medula - que 10 jornais cobriram. Depois tem a Funasa, o caso G-tech etc.

Isso mostra a oscilação no volume de caracteres ao longo desse período no agregado geral (ver Anexo 14). O assunto corrupção encontra picos que são: caso Waldomiro, Operação Vampiro. Há fortes oscilações no volume de caracteres que o agregado publica sobre o assunto. A corrupção é um assunto agudo, mas não é um assunto permanente, para os jornais. O grau de permanência seria dado pela linha mediana que deve passar mais ou menos por aqui. Se os jornais, de forma geral, publicassem mais freqüentemente matérias sobre corrupção, a mediana estaria mais para cima.

Este outro gráfico é a comparação entre aqueles cinco jornais na cobertura do caso Waldomiro Diniz, por volume de caracteres (ver Anexo 15). Vemos que cada uma dessas tripinhas corresponde a um jornal, que estão ordenados pelo volume de caracteres: a Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, o Jornal do Brasil. O Correio Braziliense, que começamos a cobrir no dia 23 de março e não desde 26 de janeiro, apresenta este buraco. No caso de O Globo tem um vazio também porque ainda estamos recolhendo as matérias que não entraram no banco de dados.

Percebe-se claramente que o caso Waldomiro Diniz foi morrendo na imprensa, desaparecendo sistematicamente em todos os jornais. Os jornais que mais cobriram o caso passaram a tratá-lo de forma menos aguda, isso pode ser constatado tipicamente em O Estado de S. Paulo ou no Jornal do Brasil, nos quais aparecem matérias no mesmo dia até, mas o fato é que a intensidade da cobertura vai baixando.

Outro exemplo é o caso Maluf/Pitta (ver Anexo 16). Para quem não sabe, o senhor Paulo Maluf foi Prefeito de São Paulo, é uma figura política nacionalmente conhecida, e o Pitta é uma cria dele. Ambos foram Prefeitos de São Paulo excepcionalmente corruptos. O Jornal do Brasil, O Globo e Correio Braziliense não cobriram este assunto, mas quando surgiram as contas na Suíça, todos os jornais começaram a publicar matérias. Ainda que exista maior concentração sobre o assunto em São Paulo do que no Rio, mesmo assim é uma situação em que os jornais estavam cobrindo o caso.

Vocês têm conhecimento do caso de distribuição de processos no Rio de Janeiro porque O Globo e o Jornal do Brasil estão competindo pelo Prêmio Esso na cobertura desse assunto, os dois estão brigando um com o outro. O Jornal do Brasil tem claramente primazia, apresenta maior volume de matérias. Coloquei esse exemplo porque mostra bem a maneira como a imprensa olha esse assunto (ver Anexo 17). O caso de distribuição de processos no Rio de Janeiro é claramente um assunto de repercussão nacional. Se eu sou editor de jornal, eu diria que ele tem importância nacional, é um caso importante porque diz respeito à corrupção no Judiciário, a maior caixa preta que esse País tem. No entanto, só a Folha de S. Paulo deu uma matéria quando surgiu o caso; os veículos que cobrem regularmente são o Jornal do Brasil e O Globo. Ninguém mais cobre. Isto quer dizer que os jornais brasileiros estão vendo esse caso como de interesse local e não de interesse nacional. Fora do Rio não estão tratando deste assunto do Poder Judiciário, afinal é algo sobre "aqueles cariocas lá". Acontece no Rio, mas poderia ser outro estado.

Agora entramos numa parte menos segura do que extraímos desse banco de dados, que não pode ser tomada a ferro e fogo, que é a localização dos casos: a quais estados dizem respeito (ver Anexo 18). Existe obviamente uma forte concentração em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília porque os jornais principais são desses lugares, ainda que apareça uma concentração relativamente grande na Paraíba. O dado é inseguro porque é muito dependente da capacidade de cobertura dos jornais.

Não podemos concluir que há mais casos de corrupção no Estado de São Paulo do que no Estado do Amazonas. Os jornais de São Paulo cobrem mais, por isso não podemos chegar a esta conclusão, temos que olhar com cautela. A mesma coisa em relação aos números que aparecem na tela, relativos à distribuição por esferas e por poderes (ver Anexo 19). A maior parte dos casos são municipais e dizem respeito ao Executivo. Temos aqui representados Estados, Municípios e a União. Temos também o Executivo, o Legislativo, no caso dos Estados e da União, o Judiciário e o Ministério Público. A maior parte dos casos são municipais e dizem respeito ao Executivo. Outra vez aqui temos que se encarar os dados com certa cautela. O Brasil possui 5.657 municípios, 26 estados - contando o Distrito Federal são 27 - e a União. Então há uma concentração maior de casos municipais. A base em que pode acontecer os casos é muito maior. E com respeito aos poderes, é notório que o Executivo maneja muito mais dinheiro. O Legislativo em geral é caudatário. É muito difícil haver casos em que o Executivo não esteja envolvido. No Legislativo, também não aparece diretamente e no Judiciário é aquele negócio opaco, que ninguém enxerga. Casos que acontecem no Judiciário são mantidos secretos, as pessoas não conhecem, porque passam em segredo de Justiça. O segredo de Justiça interessa a muitos. O juiz é processado pela Corregedoria de Justiça por corrupção, mas ninguém fica sabendo, o convidam para se aposentar. Ele vai para a casa com uma boa aposentadoria e não acontece nada com ele. Isso também acontece no Ministério Público, menos, mas acontece.

Desculpe pela quantidade de gráficos, mas sou chegado a um número. Acredito que se não colocamos número nas coisas elas não têm substância. Então insisto nos números. É interessante observar qual é o grau com que os jornais omitem casos que dizem respeito ao seu Estado (ver Anexo 20). Quantos casos acontecem, por exemplo, nessa ponta onde estão os jornais do Distrito Federal, que não cobrem o noticiário local, o que resulta em um índice de omissões. Uma outra coisa interessante de se observar é o índice de diversidade, ou seja, quantos assuntos externos ao Estado os jornais daquele estado cobrem. Finalmente apresento um índice relativo à cobertura nacional: quantos assuntos de natureza nacional os jornais de cada estado cobrem. Observamos, o que é natural, que esse gráfico fornece o grau de correspondência entre a cobertura nacional e a diversidade de assuntos. Quem está na ponta? São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Rio Grande do Sul, que são os Estados onde há uma imprensa ativa. Esses jornais têm uma cobertura mais ampla e, portanto, têm maior cobertura em relação a outros Estados e com relação à cobertura nacional. Isso é normal? Em termos. Porque temos um grupo em que tanto a diversidade quanto a cobertura nacional são muito baixas: cobrem pouco, são excessivamente locais, muito provincianos.

A culminância do título da minha apresentação um pouco numérica é a seguinte: qual é o impacto no noticiário de corrupção sobre as comunidades? Esse é um dado muito difícil de medir, mas aqui há uma tentativa experimental de mensurar esse impacto (ver Anexo 21). Neste gráfico temos uma coluna à esquerda por jornal: com o número de caracteres publicados agregados sobre o assunto, multiplico pela tiragem do jornal, divido pela população urbana, pego por dia e coloco um multiplicador que não interessa. Obtenho um ranqueamento, que chamo de impacto. O que é isso? É o número de caracteres que o

habitante médio desses Estados recebe sobre corrupção, por dia, da imprensa escrita. Esse gráfico está separado por jornais. Em vermelho, a população é considerada apenas a população das regiões metropolitanas.

Como existem 25 regiões metropolitanas no Brasil, consideramos estas regiões metropolitanas e mais as capitais onde não há região metropolitana como em Palmas (TO), que possui apenas população urbana. E nesta outra coluna está a população urbana do Estado inteiro. O que acontece? Cada habitante das regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, que somam 21 milhões de pessoas, recebe uma média diária de 500 e poucos caracteres por dia sobre o assunto de corrupção, considerando a cobertura do jornal em relação a toda a população. O leitor do O Jornal, de Alagoas, por sua vez, recebe menos do que um caractere por dia de informação sobre o assunto corrupção. A Folha de S. Paulo tem uma apresentação quase 600 vezes maior do que o Jornal de Alagoas.

O gráfico seguinte mostra isso mais claramente ainda para os Estados, ao agregar os números dos jornais dos Estados (ver Anexo 22). O Estado de São Paulo tem 840 e tantos caracteres por dia sobre este assunto publicados pelos jornais de São Paulo para a população urbana nas regiões metropolitanas (que são três: São Paulo, com 17 milhões, Campinas e Santos). Santa Catarina, curiosamente, tem cinco ou seis regiões metropolitanas. O que observamos aqui? O habitante urbano do Estado de São Paulo - 87% da população do Estado de São Paulo vive em cidades - recebe 529 caracteres por dia de informação sobre corrupção da imprensa, o que equivale em torno de três parágrafos.

Se olharmos para o final do gráfico, temos que o habitante da região urbana do Amazonas recebe quatro caracteres por dia. Uma palavra, assim como "andei", já tem cinco caracteres. Ou então "fui", por exemplo. Quem está no final da lista? Sergipe e Maranhão, com dois caracteres por dia. Aquele indivíduo que está sendo dominado pela família Sarney recebe dela dois caracteres por dia de informação sobre o assunto corrupção. Mato Grosso do Sul também recebe dois caracteres por dia.

O que isso mostra? Se pegarmos as regiões metropolitanas, áreas essencialmente urbanas - que é quem consome jornal, porque a rural não consome jornal -, vamos ver que o público de São Paulo recebe 100 vezes mais informação do que o público do Maranhão. O Rio de Janeiro recebe 50 vezes mais que o público do Maranhão.

Quando falamos em números assim, 100 vezes mais ou 50 vezes mais, não se dá muito conta do que isso significa. Sugiro que vocês pensem em comer uma laranja e comer 100 laranjas ou ter o seu salário aumentado em 100 vezes. O que isso significa? Ou ter 100 filhos em vez de um. É um número absurdo, absolutamente infernal em termos de desproporção, catastrófico. Este é outro mapa da desigualdade brasileira. A desigualdade brasileira se reflete em todos os territórios, inclusive na informação. É claro que sempre se deve levar em consideração que estamos falando da imprensa escrita e não da imprensa em geral.

Quarenta milhões de pessoas no Brasil assistem ao Jornal Nacional por dia. A informação do Jornal Nacional é feita da seguinte forma: você é entrevistado por 15 minutos e são transmitidos exatos 12 segundos. Não há nenhuma espécie de profundidade na cobertura de televisão. O veículo analítico é o impresso, onde lemos o caso, lemos o nome do sujeito, voltamos na página e no tempo, temos como comparar uma coisa com outra. A informação do jornal tem uma qualidade muito maior que a da televisão e a do rádio. O que apresento é uma verdadeira tragédia em termos de informação.

Aqui estamos falando de índices, mas observem o seguinte: consideremos um jornal como O Globo, do Rio de Janeiro, que tira por dia cerca de 250 mil exemplares, circulação média do jornal de acordo com o IVC (Instituto Verificador de Circulação), e um jornal do Maranhão ou do Piauí, por exemplo, que tire 3.000 exemplares por dia. Jornal que tira 3.000 exemplares por dia não tem nenhuma condição de ser financeiramente independente e, portanto, não tem nenhuma condição de ser politicamente independente. A medida da independência política do jornal é a sua independência econômica. Ou seja, quanto menos anúncio um jornal tem, menos independente ele é. Todo veículo precisa arrumar dinheiro em algum lugar. Se ele tira 6.000 exemplares, quem vai pagar seja o que for para publicar um anúncio em um jornal com essa tiragem? Ninguém. O jornal não se sustenta financeiramente, não tem independência, morre no dia seguinte. Então ele vende espaço ou, se não é tão direto, tem compromissos políticos como os jornais

dessas famílias que mencionei no início.

Este estado de coisas vem do desenvolvimento econômico, obviamente: onde há pobreza não há informação. A pobreza causa falta de informação, justifica a ação das oligarquias, mantém as oligarquias no poder usando os meios de comunicação. Podemos dizer isto mesmo sem medir nada, embora pretendamos medir também essas coisas mais à frente, quando tivermos recursos para tocar este projeto no qual que eu insisto. O projeto nos custa cerca de R\$ 600,00 por mês para fazer. Outras organizações gastariam US\$ 10 mil por mês e não fariam tudo isso, posso afirmar. É ruim ficar fazendo essas coisas, mas é o que acontece.

É muito visível quando o veículo passa por alguma dificuldade aguda ou então uma dificuldade crônica muito intensa. Temos aqui no Rio um caso bem típico. Historicamente a imprensa brasileira passou por alguns processos importantes. Primeiro, o Assis Chateaubriand que foi um dono de jornal famoso, fundou os Diários Associados, viveu de vender matérias, construiu seu império vendendo matérias. O Samuel Wainer, que criou a Última Hora, um jornal muito importante para a imprensa brasileira, viveu de favores do governo Vargas, fez o jornal com o dinheiro do Getúlio.

Jornais não são instituições de benemerência, jornais são empresas. O jornal não é uma instituição que funciona como o Estado deveria funcionar. Seus dirigentes não são eleitos, não têm deveres formais com respeito à comunidade, mas têm sim um dever (e por isso se chama o quarto poder): o dever de prestar informação isenta e fidedigna para o seu público. Esse dever lhe foi atribuído, digamos, culturalmente. Não há necessidade absoluta de um jornal ser isento. Se o jornal não for isento, ele não fecha. Ninguém vai à Justiça dizer que o jornal não foi isento e tem que ser fechado. Em alguns casos sim, em caso de eleição, mas na linha editorial não.

Onde os jornais se fixam? No seu público. Se eu não for isento, se não tratar os assuntos com equanimidade, o meu leitor não vai me ler. Eu sempre acho esse argumento um pouco forçado, embora basicamente o aceite pelo seguinte fato: não é verdade - como diz o meu amigo diretor da Folha de S. Paulo Otávio Frias Filho, que o jornal é certificado todos os dias pelo seu "leitorado" na hora de comprar o jornal - isso não é fato, porque os jornais vivem basicamente de assinatura. Eu não assino o jornal hoje, "desassino" amanhã e volto a assiná-lo no dia seguinte. O ato de compra não é um ato de mercado nesse sentido. Se eu não gosto da forma que o jornal que assino cobre um assunto pelo qual me interessa, talvez eu simplesmente continue a comprar aquele jornal detestando a maneira como ele é feito. Isso, aliás, é o que acontece com a Folha de S. Paulo, o jornal mais importante brasileiro, que vive muito de hostilizar parte de seu "leitorado", que por sua vez tem um certo mau humor.

A principal influência, que prejudica os jornais, não é a influência comercial direta, como aconteceu recentemente aqui no Rio num caso famoso algumas semanas atrás. Os jornais precisam viver, quem trabalhou em cargo de direção de jornal sabe disso. Não adianta querer ser puro o tempo todo porque o jornal morre. Às vezes, acontecem algumas operações no comercial, como um caderno especial meio esquisito, que é melhor não olhar. O importante é resguardar alguns princípios claros. O problema com a cobertura dos jornais - e isso o Estado brasileiro tem usado nas regiões mais pobres do Brasil, que são quase todas - é a dependência permanente dos jornais por publicidade dos governos. Isso acontece muito nos veículos municipais. Há aproximadamente 2.700 diários no Brasil, publicados nos 5.657 municípios. Pode-se imaginar o que são esses jornais pequenos. Eles dependem essencialmente da publicidade do Prefeito. E essa publicidade não é colocada naquele jornal porque o Prefeito acha que tem idéias e precisamos ter uma imprensa forte, ele põe o anúncio naquele jornal e quer que aquele veículo o defenda. É assim que funciona.

Esse é o principal problema da imprensa mundial. Se vocês seguirem o noticiário do The New York Times, The Washington Post, da CNN ou Fox, verão uma cobertura fortemente dependente dos interesses estratégicos do governo norte-americano. A cobertura dos jornais impressos americanos, do The Washington Post e do The New York Times, é uma cobertura que não tem isenção. A respeito, por exemplo, da invasão do Iraque, da rede Al Qaeda, é completamente alinhada. Mas isso é modelo para muitos jornalistas. Não há isenção, apresenta os fatos de maneira que se revela distorcida. Esse é o modelo de jornalismo implantado no Brasil, muito por influência do meu pai, diga-se, mas é uma imprensa que não é isenta de comprometimentos. No passado, temos exemplos drásticos no Brasil de jornalismo tendencioso, como a Rede Globo no caso da eleição do Collor, que curiosamente não se replicou no jornal O Globo, com

cobertura mais isenta. Agora mudou: depois que tiraram o diretor anterior, mas embora a Rede Globo seja nitidamente uma emissora que suporta o governo, também deve tantos milhões para o governo.

Esse é um problema básico da imprensa brasileira: deve dinheiro demais e em dólar. Sejam as emissoras de televisão que compram equipamentos e têm investimentos em tecnologia, sejam os jornais que compram papel, já que o Brasil não produz papel de imprensa suficiente. Ficam endividados em dólar. Como a economia está deprimida, o número de anúncios cai e, portanto, as redações diminuem e a vida financeira das empresas fica prejudicada. O Estado de S. Paulo é um conglomerado de empresas com problemas financeiros há 20 anos. Agora foi reestruturado, mas ainda tem dívidas. O Jornal do Brasil sabemos como vai, O Globo faz parte das Organizações Globo, os Diários Associados têm basicamente dois jornais - possui outros também, mas o que conta são o Correio Braziliense e o Estado de Minas, jornais com receita publicitária baixa. O Correio Braziliense está em Brasília, que não é uma praça muito forte em termos de publicitários, e o Estado de Minas é um jornal muito tradicional, respeitável.

No Rio Grande do Sul, um dos Estados onde a imprensa é bastante presente, com o Zero Hora e o Correio do Povo, circulam 170 mil exemplares por dia. Este número para uma cidade com 1,7 milhão de habitantes na região metropolitana. Em comparação, a Folha de S. Paulo circula com 310 mil exemplares por dia numa região de 21 milhões de habitantes. A desproporção é enorme. Acima de uma determinada faixa de renda, todo mundo em Porto Alegre lê jornal. O Correio do Povo, para se reerguer durante um período de tempo, distribuía o jornal de graça, não vendia. Para quê? Para se posicionar diante do anunciante e deu certo porque conseguiu sobreviver. Moral da história: o problema da imprensa brasileira é a pobreza geral brasileira. O Brasil é um país que não se desenvolve, então a imprensa também não tem como se desenvolver.

O Brasil é um dos poucos países do mundo que garante na sua Constituição o acesso do cidadão à informação. O Artigo 5º, inciso 33 da Constituição, garante o direito do cidadão à informação detida pelo Estado. Além disso, existe na Constituição brasileira o princípio da publicidade, que força o Estado a disponibilizar a informação que está em seu poder. Há um problema com a redação da Constituição brasileira, que não estabelece o prazo no qual a informação tem que ser dada. O problema está na indisponibilidade do governante brasileiro em melhorar a qualidade da informação sobre a gestão. Os governantes não colocam em prática políticas destinadas a disponibilizar a informação para o cidadão. É sempre uma dificuldade. Aí chegamos aos jornalistas. Há uma crescente tendência de os jornais brasileiros entrarem na Justiça para obter informação do setor público. Quando se tem uma situação em que há falta de complacência do Estado em fornecer informação, aqueles que perseverarem e forem atrás dos seus direitos terão mais chances de obter informação do que aqueles que não forem.

Quem tem como dever do ofício a busca pela informação? São os jornalistas e as empresas jornalísticas. O jornalista, individualmente ou mesmo em grupo, não tem nenhum poder para fazer a empresa na qual trabalha entrar na Justiça para obter informação do poder Judiciário ou de onde for. Os jornalistas podem dizer o que eles quiserem, podem reclamar, fazer assembleia, que não funcionará se a empresa, o controlador do jornal, não perceber que existe ali uma oportunidade de ele melhorar a qualidade do seu produto e de ele se posicionar melhor em relação ao seu concorrente.

Isso é o que tem de acontecer, e está cada vez mais acontecendo, não em um grau muito alto porque ações na Justiça custam caro. É preciso entrar na Justiça para obter a informação do TRE do Rio sobre as declarações de bens dos candidatos a vereador nas últimas eleições.

Nos Estados Unidos, onde a Constituição não garante acesso à informação, foi promulgada uma lei que aqui foi muito festejada, provavelmente porque é americana: chama-se Freedom of Information Act (Lei de Liberdade à Informação). Como a Constituição não garante, promulgou-se uma lei. É preciso uma lei para descrever o que o Estado pode disponibilizar. Depois do 11 de setembro começaram a tirar trechos. Quem usa essa lei não são os veículos de comunicação, são as empresas privadas que buscam junto ao Estado informações que interessem para a sua atividade econômica, de dados geológicos ou o que for. Esses são os principais usuários da Lei.

No Brasil, os jornais estão cada vez mais entrando na Justiça. Um colunista da Folha de S. Paulo mantém um sítio na Internet chamado Controle Público onde publica as declarações de bens de políticos. A Folha,

que o emprega e é parceira dele nessa iniciativa, entrou na Justiça contra os Tribunais Regionais Eleitorais pelo Brasil afora para pegar essas declarações. São seis, sete anos de ação na Justiça. Custa dinheiro. O Jornal do Brasil vai fazer isso? Nem sonhando, não consegue pagar salário direito, como vai fazer? A Gazeta Mercantil está quebrada, como vai fazer?

No primeiro caso, como gostamos de números, fazemos todos os anos uma pesquisa para saber a perspectiva do setor privado sobre a corrupção. Porque o setor privado é um parceiro da corrupção, está do outro lado. Não existe corrupção sem que haja de um lado o agente público e do outro um agente privado. É 50% de responsabilidade de cada lado (público e privado). A corrupção não acontece porque o agente público é mau. Todo mundo está metido nisso.

Nessa pesquisa fazemos várias perguntas, entre as quais a seguinte: na sua experiência - não é percepção, o que você acha, e sim na experiência -, a corrupção na arrecadação de impostos, dos tributos é grave? Quase 100% responde sim. Quais os tributos mais vulneráveis? O ICMS é o mais vulnerável. O ICMS é o principal tributo brasileiro, é um tributo de valor agregado que gera o dinheiro dos Estados. Em seguida aparecem os outros impostos, incluindo os municipais. Fizemos esta pesquisa em 2002, 2003 e agora estamos fazendo a de 2004. Durante dois anos seguidos (2002 e 2003) esta pesquisa deu o ICMS como o imposto mais vulnerável. A maior parte das empresas dessa amostra é de São Paulo.

Munido dessas informações fui à Secretaria Estadual de Fazenda de São Paulo para ver o que eles tinham a dizer a respeito daquilo. Quero fazer uma pesquisa com vocês para saber o ponto de vista do arrecadador do imposto. Por que quero saber como funciona o mecanismo? Porque acho que o Estado tem que se tornar mais eficiente e eu só vou torná-lo mais eficiente se souber como funciona. Mas o Estado de São Paulo não quer chegar nem perto do assunto. De jeito nenhum.

Na cidade de São Paulo, que tem a maior arrecadação de todos os municípios brasileiros, o ISS é fiscalizado descentralizadamente em várias sub-prefeituras. Descentralizar a fiscalização tributária é pedir castigo. Quer dizer: vai funcionar ou não vai funcionar? Qualquer um que chegou perto de contas públicas de arrecadação sabe que não se descentraliza isso. Porque senão vai se descentralizar a roubalheira. Em São Paulo, não sei como é aqui no Rio, lá se desaparece com um processo qualquer relativo ISS porque o sistema não é informatizado. Herança do governo Paulo Maluf? Certamente. Mas não apenas dele, houve antes e depois.

Quando trabalhava como jornalista, não sou mais jornalista há alguns anos, eu não era repórter. Sempre fui editor, trabalhei em redação, sempre fui mau repórter. Mas nunca passou pela minha frente, seja como responsável pelo jornal inteiro ou trabalhando numa editoria, nunca tive nenhuma espécie de repressão desse tipo. É verdade também que eu não trabalhei no Democrata de São Roque, eu trabalhei em jornal grande em que esse tipo de assunto dá manchete. Agora, na Transparência Brasil, eu sofri muita repressão política, muito violenta e pesada, pelo tipo de atividade que exercemos. Não violência física, mas tentativas extremamente violentas de intervenção.

Como alterar o quadro? Não consigo ver alternativa senão o desenvolvimento econômico. Não vejo como é possível um Estado como o Maranhão ou o Piauí, onde a miséria é horrenda, a desigualdade extraordinária, como pode se alterar sem desenvolvimento econômico? Pode haver políticas sociais compensatórias, mas não vejo política social compensatória que resolva um índice (que mede a desigualdade econômica, ou seja, quanto a disparidade entre aquilo que é consumido pelas faixas mais altas e mais baixas ou gerado) que no estado do Piauí chega a 85. No Maranhão, o que o José Sarney fez? Um mausoléu para ele. Como se pode desenvolver lideranças políticas? Ele está aí e é presidente do Senado.

Vou dar um exemplo mais perto do direcionamento econômico equivocado. O Estado brasileiro tem dificuldade de investimentos. Não sobra dinheiro para investir em infra-estrutura por causa das contas, da situação fiscal, da falta de arrecadação. Inventaram a Parceria Público-Privada (PPP), da qual todo mundo já ouviu falar. Alguns Estados produziram legislações sobre o assunto, notadamente os Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. O primeiro com a lei já promulgada e os dois seguintes em vias de promulgação.

O governo federal resolveu fazer um projeto de Parceria Público-Privada. Apresentou projeto que era,

tecnicamente, de uma incompetência extraordinária, e foi apresentado durante convocação extraordinária no período de recesso Congresso, estava tramitando em regime de urgência. Uma comissão especial montada dentro da Câmara examinou esse projeto, o relator era o deputado Paulo Bernardo (PT-PR), amigo do Ministro Palocci. O que fez a comissão? Melhorou as incompetências técnicas, mas os problemas fundamentais do projeto - como colocar em risco a responsabilidade fiscal, porque endivida o Estado em até 35 anos sem aprovação do Legislativo, ou projetos engendrados que não passariam pelo trâmite da Lei de Licitações e Contratos e sim pelo trâmite definido pela nova legislação, altamente vulnerável à corrupção.

Licitatar projetos de infra-estrutura dessa última maneira é concentrador. Porque quem vai levar? As empresas Camargo Corrêa, OAS, Norberto Odebrecht, Constran, etc. Examinei o padrão de financiamento dessas empresas nas eleições de 2002, por meio do projeto chamado "Às claras" (www.asclaras.org.br). Ali colocamos quem pagou quem nas ultimas eleições. Cinco empresas - Constran, OAS, Norberto Odebrecht, Wega e Camargo Corrêa - financiaram R\$ 10 milhões para 62 deputados eleitos, 13 ou 11 governadores, 11 ou 13 senadores e um Presidente da República.

Na Câmara, uma boa parte dos 62 deputados financiados por estas empresas, estava na comissão que examinou a Parceria Público-Privada. Ou eles ou donos de empreiteiras ou gente tradicionalmente ligada a empreiteiras, ex-funcionários de empreiteiras. Estavam lá os três campeões de arrecadação de empreiteiras. Eu publiquei artigo sobre isso no Correio Braziliense que, aliás, cortou a parte em que eu dizia o nome das empresas e eu fiquei absolutamente furioso. Mas, basicamente, as empresas estavam ali cobrando a fatura.

A influência se dá dessa maneira: elegem o político e depois ele paga a conta. Por isso deveria existir uma regra segundo a qual o político que recebeu financiamento acima de tantos porcentos do total de seu próprio financiamento de uma empresa de determinada área não poderia pertencer a comissões que tratem de assuntos correlatos. Simples: há ali conflito de interesses. Existe esse tipo de regra? Não existe. Quanto tempo demoraria para colocar em vigor um tipo de regra como essa no Brasil? Muitos anos.

No entanto, seria importante que político cuja campanha tenha recebido financiamento de determinadas empresas não presidisse comissão, participasse de comissão ou desse palpite, relatasse sobre assunto direto. A Comissão de Comunicação da Câmara é um exemplo do absurdo. Todos são donos de emissoras. Isso não poderia acontecer, porque existe conflito de interesses em detrimento da coletividade. Essa é uma situação que reforça a visão do Estado como uma outra área em que se desenvolvem ou se dão os embates em torno de interesses privados. Como se melhora isso? Entre outras coisas, pelo aumento da consciência política da população, em quem está votando e por que está votando. Como surge a consciência política? Pelo papel desempenhado pelos partidos, pelo desenvolvimento econômico, etc. Não é coisa para depois de amanhã, o que é lamentável, não há bala de prata para resolver isso.

Muito obrigado a todos. Agradeço a atenção de vocês, que tiveram paciência para me ouvir, e estou à disposição.

[Expediente](#)

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito: Cesar Maia

Vice-Prefeito: Marco Antonio Vales

Controladoria Geral do Município

Controlador Geral: Lino Martins da Silva

Sub-controlador: Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

Assessora: Sonia Virgínia Moreira

Cadernos da Controladoria

Organização de Eventos: Graça Louzada

Administração de Eventos: Vanda Pastro
Edição de Texto: Sonia Virginia Moreira
Capa: Georgeana Dummar
Editoração: Inez Torres
Transcrição de Áudio: Aline Thomaz
Apoio Técnico: Bruno dos Santos Soares
Versão Online: Giovanni Vivacqua Menezes